

IMPrensa ESTUDANTIL, IMPrensa ESCOLAR E IMPrensa JUVENIL: DIFERENÇAS CONCEITUAIS E ANALÍTICAS EM PESQUISA PARA O SÉCULO XIX

STUDENT PRESS, SCHOOL PRESS AND YOUTH PRESS: CONCEPTUAL AND ANALYTICAL DIFFERENCES IN RESEARCH FOR 19TH CENTURY

PRENSA ESTUDIANTIL, PRENSA ESCOLAR Y PRENSA JUVENIL: DIFERENCIAS CONCEPTUALES Y ANALÍTICAS EN INVESTIGACIÓN PARA EL SIGLO XIX

Laís Pacifico Martineli¹, <https://orcid.org/0000-0002-0977-6441>

Maria Cristina Gomes Machado², <https://orcid.org/0000-0002-7359-4562>

Resumo:

Este estudo objetiva conceituar *imprensa escolar*, *imprensa estudantil* e *imprensa juvenil* publicadas durante o século XIX, pontuando suas características e elucidando suas diferenças. Responde à problemática: quais as distinções entre imprensa escolar, estudantil e juvenil e as implicações metodológicas para as pesquisas em História da Educação? A imprensa escolar é ligada à escola e passa pela supervisão do adulto. A imprensa estudantil e a juvenil não são ligadas à escola, realizam-se pela iniciativa da mocidade e não passam pela supervisão do adulto. Esses periódicos revelam o ponto de vista do estudante/jovem acerca da educação. Se a perspectiva da mocidade foi considerada ilegítima, agora, sua apropriação sobre a educação é fundamental para a compreensão dos processos educativos oitocentistas.

Palavras-chave: História da Educação; imprensa escolar; imprensa estudantil; imprensa juvenil.

Abstract:

This study aims to conceptualize *school press*, *student press*, and *youth press* published during the 19th century, highlighting their characteristics and elucidating their differences. It responds to the problem: what are the distinctions between school, student and youth presses, and what are the methodological implications for research in History of Education? School press is linked to the school and is subject to adult supervision. Student and youth presses are not linked to the school, they are created by young people and are not subject to adult supervision. These periodicals reveal the student/young person's viewpoint regarding education. While the perspective of youth was once considered illegitimate, its appropriation of educational knowledge is now fundamental to understanding nineteenth-century educational processes.

Keywords: History of Education; school press; student press; youth press.

Resumen:

Este estudio tiene como objetivo conceptualizar la prensa escolar, la prensa estudiantil y la prensa juvenil publicadas durante el siglo XIX, destacando sus características y dilucidando sus diferencias. Responde a la pregunta: ¿cuáles son las diferencias entre las publicaciones escolares, estudiantiles y juveniles, y cuáles son las implicaciones metodológicas para la investigación en la

¹ Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil; lpmartineli@gmail.com

² Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil; mcgmachado@uem.br

Historia de la Educación? La prensa escolar está vinculada al centro educativo y está sujeta a la supervisión de adultos. La prensa estudiantil y la juvenil no están vinculadas a las escuelas, son creadas por jóvenes y no están sujetas a la supervisión de adultos. Estas publicaciones periódicas revelan el punto de vista del estudiante/joven con respecto a la educación. Si bien la perspectiva de la juventud fue considerada en su momento ilegítima, su apropiación de la educación es ahora fundamental para comprender los procesos educativos del siglo XIX.

Palabras clave: Historia de la educación; prensa escolar; prensa estudiantil; prensa juvenil.

Introdução

Por meio deste texto, buscamos conceituar *imprensa estudiantil*, *imprensa escolar* e *imprensa juvenil*, de forma a pontuar suas características e elucidar suas diferenças. A despeito de suas similitudes, sobretudo no que tange à categoria geracional que as escreve, esses três tipos de imprensa comportam distinções que implicam um trato metodológico díspar, quando adotados como fonte ou objeto no fazer historiográfico, em especial na História da Educação. Para tanto, é nossa intenção, neste texto, responder à seguinte problemática: quais as distinções entre imprensa escolar, estudiantil e juvenil e as implicações metodológicas para pesquisas em História da Educação?

Os conceitos aqui discutidos resultaram do manejo com jornais escritos por estudantes brasileiros no século XIX, que serviu para a elaboração de um mapeamento desses documentos históricos, o que possibilita, aos pesquisadores do campo da História da Educação, a realização de pesquisas com essas fontes. Nesse processo de busca e mapeamento, seis jornais estudantis encontrados foram analisados, empregados como fonte e objeto da tese *Pelos estudantes e para os estudantes: a instrução e a literatura nos periódicos estudantis brasileiros (1870-1880)* (Martineli, 2020)³, cujo objetivo foi analisar os jornais estudantis publicados nas décadas de 1870 e 1880, seus textos literários e instrutivos, bem como o papel dessas produções enquanto materiais de leitura criados pelos estudantes e para os estudantes.

Ao realizar uma investigação dos periódicos estudantis publicados no regime imperial, no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, constatamos a existência de três tipos de imprensa, em que a mocidade oitocentista, seja ela composta por estudantes ou não,

³ A tese foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM) e vincula-se ao Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEINSE) – GT HistedBR Maringá.

protagonizava a publicação de periódicos. Classificamos esses três tipos como *imprensa estudantil*, *imprensa escolar* e *imprensa juvenil*.

Atualmente, há um consenso quanto ao valor da imprensa enquanto fonte singular para a historiografia, mormente da imprensa educacional e pedagógica para estudos na área da História da Educação. Isso se reflete no aumento no número de pesquisas que elegem esses documentos como objeto ou fonte em pesquisas. Sobre a imprensa escrita por discentes (estudantil ou escolar), Bastos (2015) já apontava estudos com e por meio desses dois tipos de imprensa, elencando os títulos dessas pesquisas, seus autores, temas, e quais os jornais estudados. Este estudo traz uma relevante contribuição por elaborar um compilado das pesquisas que se dediquem à imprensa de educação e de ensino até o ano de 2015. A autora considera os periódicos escritos para alunos por seus pares (de alunos para alunos) como exemplos de produções que podem ser consideradas *imprensa de educação e ensino* (Bastos, 2015). Esses documentos são, segundo essa pesquisadora, testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época, um guia prático do cotidiano educacional e escolar, contêm e oferecem muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino, além de possibilitar uma avaliação das políticas das organizações, das preocupações sociais, os antagonistas e ideologias e das práticas educativas e escolares.

Sublinhamos, além desta, estudos mais recentes que se dedicam à imprensa escolar e estudantil. É o caso do livro *Escritas estudantis na imprensa periódica da educação* (séculos XIX e XX), de Oliveira, Manke, Oliveira e Rodrigues (2024). O livro reúne pesquisas com impressos educacionais (dentre eles os escolares e os estudantis) dos séculos XIX e XX, na busca por extrair desses impressos, que são as fontes/objetos de pesquisa, aspectos “[...] acerca dos estudantes, suas distintas realidades e a sua relação com o mundo, no amplo sentido de socialização, atribuindo um estatuto de documento histórico, que, cada vez mais, precisam ser consideradas como fontes para a pesquisa educacional” (Oliveira *et al.*, 2024, p. 9). É um livro que oferece especial contribuição para os estudos com imprensa escolar e estudantil, pois indica quem são os autores e onde acontecem os estudos com imprensa escolar e estudantil, além de evidenciar que pesquisas que envolvem essas fontes têm, nos últimos anos, aumentado consideravelmente no país.

Destacamos, por fim, um estudo que se propõe a identificar pesquisas, em nível de tese e dissertação, que utilizam como fonte ou objeto a imprensa estudantil e escolar, elaborado por

Oliveira, Santos e Accioly (2025). Os autores publicaram o artigo *Pesquisas sobre impressos estudantis no Brasil (2003-2022)*, cujo objetivo foi “identificar as dissertações e teses, no âmbito da História da Educação, que utilizam como objeto e/ou fonte de pesquisa os impressos estudantis” (Oliveira; Santos; Accioly, 2025, p. 2). Para identificar as pesquisas, utilizaram os descritores “jornal escolar”, “impresso escolar”, “imprensa escolar”, “jornal estudantil” e “impresso estudantil”, no singular e no plural. O trabalho constitui-se em importante contribuição na área da história da educação, já que elenca as pesquisas de mestrado e doutorado sobre impressos estudantis e escolares, bem como realiza uma análise das incidências dessas pesquisas no que diz respeito ao período e ao local de publicação, dentre outros.

No entanto, muito há que se avançar quando se trata da imprensa discente. Das pesquisas com impressos educacionais, sobretudo com imprensa escolar e estudantil que sublinhamos, dois elementos nos chamam a atenção: o primeiro deles é que não há um estudo que se proponha a uma distinção conceitual e metodológica acerca da imprensa estudantil e da imprensa escolar; o segundo é a escassez de pesquisas que se debrucem sobre a imprensa educacional (seja ela estudantil, escolar ou juvenil) que foi publicada no período do regime imperial brasileiro.

No que tange ao primeiro elemento por nós destacado, não identificamos, até o momento, textos que tenham, como objetivo principal, discutir a conceituação entre imprensa escolar/jornal escolar, imprensa estudantil/jornal estudantil e imprensa juvenil/jornal juvenil. Os estudos sobre o tema frequentemente fazem essa distinção, mas de maneira sintética ou acessória. Neste estudo, buscamos preencher essa lacuna, ao elaborar um texto que tem como foco a distinção conceitual dessa imprensa e algumas suas implicações metodológicas para pesquisas que utilizem essas imprensas como fonte/objeto.

No que diz respeito ao segundo elemento que destacamos, os estudos de Bastos (2015), Oliveira *et al.* (2024) e Oliveira, Santos e Accioly (2025) indicam poucos pesquisadores que se debruçam sobre periódicos escolares e estudantis publicados durante o regime imperial. Bastos (2015) cita, por exemplo, o estudo de Silva e Seixas (2012), com o trabalho *Os jornais estudantis no espaço público da imprensa paraense no século XIX*, sobre a imprensa do Pará. Esse estudo aponta a existência de muitos periódicos estudantis publicados no Pará durante o Império, mas não foi foco das autoras estudar o conteúdo desses periódicos. Em Oliveira *et al.* (2024) encontramos apenas três capítulos de livros, publicados por Castro e Castellanos (2024),

Martineli e Machado (2024), Santos (2024), que citam ou tomam como fonte alguns jornais escolares ou estudantil publicados durante o regime imperial. No artigo de Oliveira, Santos e Accioly (2025), na busca por teses e dissertações que se debruçassem sobre a impressos estudantis entre os anos de 2003 e 2022, identificaram apenas a dissertação de Cibele Rodrigues (2016) que trata do jornal *O Porvir*, periódico estudantil publicado na década de 1870 em Aracaju, no Sergipe.

Diante da constatação de poucos estudos que tratem desses periódicos durante o regime imperial, entendemos que este texto preenche uma lacuna, por se aprofundar em jornais publicados nas décadas de 1870 e 1880, bem como por ser um suporte que oferece, aos pesquisadores do Império brasileiro, uma conceituação e implicações metodológicas no trato com essas fontes. Estudos conceituais e metodológicos com esse tipo de documento ampliam as possibilidades e o rigor científico dessas pesquisas.

No que tange à imprensa juvenil, a lacuna é ainda mais evidente. Jinzenji (2017, p. 37) constatou a “[...] rarefação de estudos na produção da área de História da Educação que se dediquem a esse recorte geracional [a juventude] e o discutam conceitual e teoricamente no contexto dos oitocentos”. Assim, poucos são os estudos que tratam de periódicos juvenis, sobretudo no contexto dos oitocentos. Destacamos as pesquisas de Jinzenji (2017) e Jinzenji e Costa (2019) e Costa e Jinzenji (2022), que têm realizado investigações sobre a categoria geracional adolescência/juventude, sobretudo sobre suas manifestações na imprensa. Jinzenji (2017), nesse capítulo de livro, elege a imprensa juvenil como fonte privilegiada para alargar a compreensão acerca da juventude brasileira oitocentista e ampliar o debate educacional sobre essa categoria geracional na História da Educação. Por esse motivo, este estudo contribui com o campo, ao se debruçar sobre uma fonte pouco estudada, pois elucida expressões e pensamento de uma categoria geracional que necessita de desbravamento. Entretanto, pela rarefação de estudos, trata-se de um campo aberto, amplo e de necessário desbravamento. Sua conceituação e possibilidades com o trato metodológico podem abrir espaço para futuras pesquisas com essas fontes.

Diante dos avanços nos estudos com imprensa estudantil, escolar e juvenil, bem como de suas lacunas, intentamos, neste texto, ao traçar a distinção conceitual entre imprensa escolar, estudantil e juvenil, oferecer apoio metodológico aos pesquisadores que se debruçarem sobre esses tipos de imprensa. Assim, junto à distinção conceitual, impôs-se a elucidação da distinção analítica que o pesquisador dessa imprensa deve lançar mão quando a elege como fonte/objeto.

Portanto, este estudo busca ser um recurso metodológico e analítico aos pesquisadores que adotam a imprensa escolar, estudantil e juvenil como fonte e objeto para elucidação acerca do pensamento da mocidade do século XIX.

Como suporte teórico para a conceituação desses tipos de imprensa, adotamos os pressupostos de Nóvoa (1997), Arroyo (2011), Bastos (2015) e Jinzenji (2017). Esses autores nos auxiliaram na percepção das diferentes características da imprensa redigida por estudantes e jovens e, em seguida, na conceituação de cada um dos tipos de imprensa.

Assim sendo, dividimos este artigo em três seções, além desta introdução e das considerações finais, cada um trabalhar dedicado a um tipo de imprensa, em seus aspectos conceituais e analíticos: a primeira trata da imprensa escolar; a segunda, da imprensa estudantil; e por fim, tratamos da imprensa juvenil.

Imprensa escolar

O ensaio preliminar e pioneiro de Arroyo (2011), para a história da literatura infantil brasileira, foi o que primeiro nos sinalizou a existência de uma imprensa escolar brasileira que, tamanha a importância, foi considerada pelo autor como a pré-história da literatura infantil do país. Esse intelectual nos deu as coordenadas para a localização dos periódicos publicados até aquele contexto, ao elencar os títulos de centenas de jornais com essas características publicados no Brasil.

Ao discorrer sobre essa imprensa escolar, Arroyo (2011) evidencia que *imprensa escolar* eram aqueles periódicos escritos por alunos de dentro de alguma escola, isto é, os estudantes publicavam um periódico vinculado à instituição de ensino que frequentavam. Ele explica que os jornais escolares “[...] tiveram grande moda e função nas escolas brasileiras. Muitos escritores ensaiaram suas primeiras tentativas literárias nessas pequenas folhas, o mais das vezes de apenas quatro páginas, formato pequeno” (Arroyo, 2011, p. 188). Por isso, sobre esses jornais, assegurou:

Nota-se uma constante: jornais, todos eles de escolas, quer primária, quer secundária. Eram veículos que recebiam e faziam circular as primeiras manifestações literárias de intelectuais, escritores e poetas, que mais tarde, em muitos dos casos, se salientaram no país das letras. Era, de certo modo, a meninada pedindo leitura, literatura que, praticamente, não existia e que ela mesma começava a fazer, criando uma atmosfera, um clima propício, que logo foi percebido por alguns autores aparecidos na época, como Olavo Bilac, Coelho Neto, Alexina Magalhães Pinto, Manoel Bomfim e tantos outros (Arroyo, 2011, p. 194).

Os jornais escolares eram, portanto, jornais escritos pelos próprios alunos nas escolas primárias ou secundárias, como atividade escolar. Nesses jornais, os alunos redatores manifestavam seu empenho artístico, científico e literário, já que neles publicavam, ora os resultados das atividades pedagógicas realizadas na instituição de ensino, ou seja, as atividades escolares, ora suas produções espontâneas. Preencheram, no século XIX, uma lacuna por material de leitura próprio para crianças/jovens em idade escolar, pois conforme cita o autor, os estudantes começaram, eles mesmos, a produzir a literatura que lhes faltava. É importante destacar, portanto, que alinhar um jornal de *escolar*, liga sua escrita ao lugar onde foi escrito, nesse caso, a instituição de ensino.

Porém, um aspecto fundamental desses periódicos que não pode ser desconsiderado, quando tomados para análise, é apontado por Bastos (2015). Ela pondera que, nos jornais escritos pelo corpo discente, nas/pelas instituições educativas,

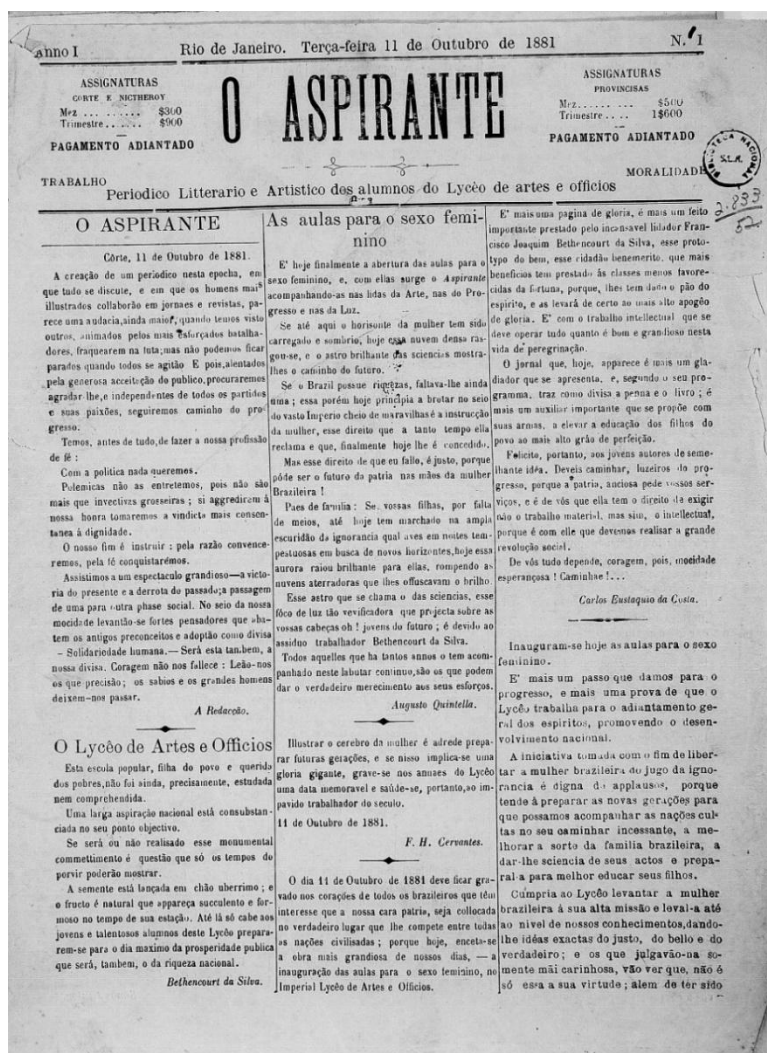
[...] os alunos publicam contribuições decorrentes de uma seleção prévia dos responsáveis. Mesmo sendo periódicos produzidos pelos estudantes devemos considerar que tais escritas não expressam um pensamento autônomo, pois estão vinculados a uma instituição, que de alguma forma exerce controle e vigilância no que está sendo publicado (Bastos, 2015, p. 24).

Para essa autora, os jornais escolares produzidos pelos estudantes nas/pelas instituições educativas, por terem vínculo institucional, não expressam o pensamento livre e autônomo do estudante, mas aquilo que previamente foi permitido ou não, por um adulto, ser publicado no jornal, já que ele carrega o nome da instituição de ensino. Esse aspecto deve ser levado em consideração quando esse tipo de jornal for selecionado como fonte/objeto de pesquisa, pois o pesquisador não pode perder de vista que aquilo que foi escrito pelo estudante reflete, direta ou indiretamente, a perspectiva do adulto (professor, inspetor, diretor) e da instituição educativa à qual estava vinculado. São periódicos que expressam, sobretudo, o ponto de vista dos adultos, a cultura da escola e as práticas pedagógicas e educativas.

Em outubro de 1881 veio a público, na cidade do Rio de Janeiro, o periódico *O Aspirante: Periodico litterario e artístico dos alumnos do Lycêo de Artes e Officios* (1881). Ele constitui-se um exemplo do que seja um jornal escolar, já que se trata de um periódico cujos artigos demonstram ser resultados de atividades escolares e que tem vínculo direto com uma instituição escolar. No título, atribuíram a escrita dos estudantes a uma instituição específica: os *alunos do*

*Liceu de Artes e Ofício do Rio de Janeiro*⁴. Trata-se, dessa forma, de um jornal da instituição, produzido pelos estudantes que compunham o seu quadro de discentes.

Figura 1 – Primeira página da primeira edição do periódico escolar *O Aspirante* (1881)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2025).

⁴ O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi a primeira escola de ensino profissional noturna inaugurada no Brasil, e era mantida pela Sociedade Propagadora das Belas-Artes, instituição privada criada juntamente com o Liceu (Bielinski, 2003). Essa instituição foi criada por uma iniciativa particular de Bethencourt da Silva, e era mantida e apoiada por uma elite intelectual que, compartilhando do pensamento de seu criador, designava a instituição como meio para tornar o Brasil civilizado. Bethencourt da Silva inaugurou seu empreendimento para preencher uma lacuna da educação popular. Seu princípio era a educação do povo, ou seja, a instrução profissional generalizada, que não seguia, por completo, os moldes de uma educação humanística oferecida às elites das escolas de direito, medicina e engenharia, mas buscava uma educação técnica, que preparava para a atuação profissional, para o trabalho. Seu currículo era formado por aulas teóricas e práticas (Bielinski, 2003).

Fica manifesto, pela leitura do periódico, que uma das suas funções era fazer propaganda da instituição, tornando públicas suas práticas escolares e os feitos de seu diretor, Bethencourt da Silva (1831-1911). Um dos primeiros discursos publicados no jornal foi o do próprio diretor da escolar:

Esta escola popular, filha do povo e querida dos pobres, não foi ainda, precisamente, estudada nem compreendida. Uma larga aspiração nacional está consubstanciada no seu ponto objectivo. Se será ou não realizado esse monumental commettimento é questão que só os tempos do porvir poderão mostrar. A semente está lançada em chão uberrimo; e o fructo é natural que appareça succulento e formoso no tempo de sua estação. Até lá só cabe aos jovens e talentosos alumnos deste Lycêo prepararem-se para o dia máximo da prosperidade publica que será, também, o da riqueza nacional (O Aspirante, 1881, p. 1)⁵.

Além de Bethencourt da Silva, professores e alunos da instituição publicaram seus discursos enaltecendo a instituição e seu diretor. Para nós, o fato de os redatores do jornal, que eram alunos do Liceu, darem espaço ao diretor e aos seus professores para publicarem discursos que enalteciam a instituição, evidencia que o periódico servia como veículo de propaganda daquela escola. Além dos discursos de enaltecimento, os alunos redigiam artigos com os conteúdos científicos, como física e química elementar, elementos das artes industriais, astronomia, entre outros, que eram elementares aos ofícios, o que significa que eram conteúdos veiculados na própria escola. Dessa forma, não se tratava de um periódico cuja escrita dos alunos era autônoma, mas que atuava em prol da instituição à qual era vinculado. Não podemos ignorar, porém, a participação dos estudantes em sua elaboração. Apesar de ter o adulto como filtro do que era publicado no periódico, com certas limitações, o estudante expressava seus ideais nesses periódicos.

A leitura e análise de jornais como *O Aspirante* (1881) exigem uma postura específica do pesquisador. Em primeiro lugar, é fundamental que se identifique a natureza do periódico que está sendo analisado, isto é, se tinha ou não algum vínculo com alguma instituição de ensino. No caso dos periódicos escolares, aqueles com vínculo institucional, o pesquisador pode identificar elementos da cultura escolar, as finalidades básicas da instituição, o público ao qual buscava atender, os principais acontecimentos da escola, práticas pedagógicas, conteúdos que eram

⁵ Foi mantida a grafia original em todos os excertos de época.

privilegiados e o tipo de formação oferecida. Frisamos que esses documentos históricos expressam uma perspectiva diferente daquela oferecida pelos documentos oficiais sobre a instituição escolar, já que conta com o olhar do estudante, e não apenas dos dirigentes, acerca dos processos educativos.

Frente a isso, destacamos que os estudos com imprensa escolar têm se debruçado amplamente sobre o conceito de cultura escolar. A descrição de cultura escolar, expressa por Dominique Julia, traduz-se como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (Julia, 2001, p. 10). Giana Lange do Amaral (2024, p. 21) complementa que a cultura escolar é “entendida como conjunto de práticas e discursos que se processam no interior da escola, mas que se inscrevem em dados contextos políticos, econômicos, sociais e culturais mais amplos”. Isso significa que a cultura escolar é constituída por normas estabelecidas e por práticas cotidianas, inseridas em um contexto histórico que não pode ser desconsiderado. O motivo pelo qual esse conceito pode ser empregado nos estudos com a imprensa escolar é que, uma vez que a imprensa manifesta as normas estabelecidas pelas instituições escolares e as práticas realizadas a partir dessas normas, é uma fonte que revela as nuances do cotidiano escolar, sua cultura.

No entanto, reforçamos que é preciso tensionar a fonte e as informações nela veiculadas, além de ter ciência de que, nesses casos, a escrita dos alunos é cerceada pelo adulto. Portanto, a escrita discente expressa aquilo que foi autorizado pelo adulto, ou mesmo aquilo que o adulto gostaria que fosse publicado. Aqui de abrem, por exemplo, possibilidades de uma pesquisa com a imprensa escolar no âmbito da *história das instituições escolares*, já que os jornais escolares podem ser um documento histórico que guardará consigo elementos educacionais e pedagógicos da instituição onde o jornal foi publicado, e garantirá ao pesquisador indícios interessantes da cultura escolar sobre a qual se debruça.

Imprensa estudantil

Se, na imprensa escolar, os estudantes publicam periódicos vinculados a uma instituição de ensino, na imprensa estudantil, ao contrário, os estudantes elaboram periódicos sem vinculação com uma instituição de ensino. Por isso, ao alcunharmos um periódico de *estudantil*,

estamos destacando e valorizando o sujeito que escreveu, e não de onde escreveu. Defendemos, a partir dessa constatação, que todo jornal escolar é estudantil, mas nem todo jornal estudantil é escolar. Isso se justifica pelo fato de que os jornais escolares são escritos por estudantes e, então, são igualmente estudantis. No entanto, os jornais estudantis nem sempre são escritos em uma instituição de ensino, e dessa forma, podem ou não ser jornais escolares.

No caso dos periódicos estudantis, por uma iniciativa própria e autônoma, estudantes reúnem-se em prol da organização de um periódico. Por se realizar de forma livre e autônoma, sem a interferência clara e manifesta do adulto, a escrita desses periódicos expressa o livre pensamento do estudante acerca dos mais variados temas que estavam na ordem do dia daqueles sujeitos, dentre eles, a educação.

É necessário sublinhar o fato de que, no caso dos periódicos estudantis, os redatores autodeclararam-se *estudantes*, revelando ou não a instituição de ensino onde estudam. No entanto, mesmo que os estudantes declarem a instituição escolar a que pertencem, o jornal não atua em prol da instituição de ensino, nem tem como objetivo principal fazer propaganda dessa instituição. Apesar disso, destacamos que uma temática recorrente nos periódicos estudantis é o próprio cotidiano escolar. Essas constatações são importantes na medida em que a leitura desses periódicos estudantis nos revela a perspectiva do aluno acerca da educação, da cultura escolar e dos processos educativos aos quais são submetidos.

Assim, na leitura dos periódicos estudantis, por se tratar de uma escrita que não é cerceada pelo adulto, colocamo-nos diante da visão do estudante acerca da realidade escolar e educacional. Inverte-se a lógica: ao invés de olharmos o cotidiano escolar à luz dos dirigentes da educação (como é o caso das pesquisas que utilizam como fonte os documentos oficiais), olhamos pela perspectiva do aluno que, por muitos anos, foi ignorado pelo saber historiográfico, sobretudo da educação. Os jornais estudantis são, destarte, uma fonte histórica não oficial, já que não são elaborados por autoridades da educação, mas por estudantes. Esses documentos não oficiais revelam o *outro lado da moeda* das práticas educativas, qual seja, a perspectiva daqueles que eram alvo dessas práticas, o aluno. A apreensão da cultura escolar só se torna completa quando se leva em consideração o viés e a participação do aluno na constituição das práticas escolares e institucionais. Por isso a importância de, cada vez mais, as pesquisas valerem-se de fontes que expressem a perspectiva do estudante acerca das práticas no interior

da escola. Somente dessa forma será possível obter um perfil mais completo da(s) cultura(s) escolar(res).

Portanto, salientamos as inúmeras possibilidades que a imprensa escrita por discentes abre para elucidação de práticas escolares, estudantis e juvenis, sobretudo por apresentar o ponto de vista dos próprios estudantes nesses processos. Ao invertermos o olhar sobre a educação de um determinado período, anteriormente ilustrado apenas sob a perspectiva dos documentos oficiais e, mais recentemente, dos professores nos jornais e revistas especializados em educação, colocamo-nos diante de uma nova perspectiva sobre a realidade escolar e educacional. Os próprios alunos, no posto de escritores e redatores, narram suas impressões e percepções sobre as instituições de ensino, práticas pedagógicas e o cotidiano dentro do universo escolar ou fora dele.

Em 1888, estudantes dos principais colégios da capital paranaense publicaram o jornal estudantil *A ideia: orgam do Club dos Estudantes* (1888). O próprio complemento de título do jornal carrega a palavra *estudantes*. No corpo do jornal, os redatores autodeclaravam-se estudantes e informavam quais instituições frequentavam:

«A Idéa», é, como declaramos no alto da 1ª pagina, - orgam do Club dos Estudantes. Agora daclaramos tambem que o Club dos Estudantes é constituído pela maioria dos estudantes de humanidades desta capital: contem em seu grêmio, não somente alumnos do Instituto Paranaense, mas também de quasi todos os collegios particulares, como o Parthénon Paranaense, o collegio Loyola, etc. Portanto, «A Idéa» é-orgam do Club dos Estudantes (A Idea, 1888, p. 1).

Por esse trecho do jornal, corrobora-se o fato de que os redatores eram estudantes de diferentes escolas da capital paranaense, e que o jornal não era um jornal escolar, já que não foi publicado por nenhuma escola. Como exposto no trecho, o periódico pertencia ao *Club dos Estudantes* (1888). Tratava-se de uma associação literária que cumpriu papel fundamental na publicação desse impresso. Por meio dessa agremiação, os estudantes reuniam-se para produzir literatura e publicar textos literários produzidos pelos seus próprios sócios.

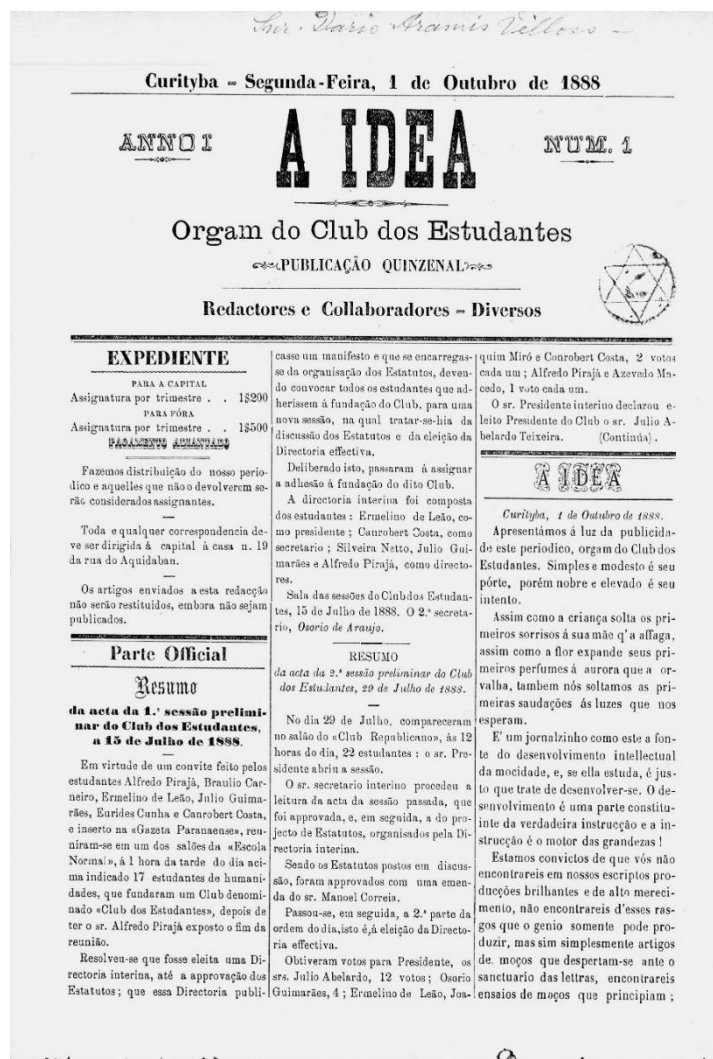
É importante, brevemente, destacar a participação das associações literárias no cenário intelectual oitocentista. Pereira (2015) discorre sobre o despertar do gosto por se reunirem em agremiações pela intelectualidade brasileira no século XIX. Segundo essa pesquisadora, o germe

da prática associativa estava nos movimentos academicistas do Brasil colonial. Porém, para ela, foi sobretudo no século XIX que ocorreram tentativas de criação de associações.

As agremiações criadas após a Independência brasileira (1822) preocuparam-se com os destinos da nacionalidade, já que o país acabava de se declarar autônomo da metrópole portuguesa e precisava criar seus padrões culturais, sociais, políticos e econômicos. Assim, tentavam mediar o cenário social e cultural do país. Para Pereira (2015), um dos instrumentos para forjar a nacionalidade brasileira foi o fomento e a abertura de espaço para as associações literárias. Contudo, foi especialmente após a abdicação de Pedro I (1831), quando a pátria enfrentava agitações, revoltas e se expressavam afirmações patrióticas e nacionalistas, que inúmeras associações foram fundadas, demonstrando o desejo de criar um senso de coletividade e espírito público no país. Surge, segundo essa autora, uma lista incontável de agremiações interessadas em promover áreas como a instrução, ciência, indústria, comércio, música e belas- artes (Pereira, 2015).

A autora explica que as associações de cunho literário foram as mais acaloradas na defesa do *espírito associativo* e de como poderiam colaborar na afirmação e promoção da literatura brasileira (Pereira, 2015). Dessa forma, foi decorrente dessa tradição, que remontava ao período colonial, que os estudantes secundaristas se orientaram para criar suas próprias associações. A imprensa, nesse contexto, foi ponto fundamental, pois uma das principais ações das sociedades literárias do século XIX era a produção de periódicos. Para Pereira (2015), a imprensa era instrumento de manutenção da prática de os letrados da época se associarem, pois por meio dos jornais, davam-se a conhecer os escritos dos letrados, isto é, a produção dos letrados saía do restrito meio em que havia sido criada. Portanto, por meio da imprensa, as sociedades, além de instruírem os jovens escritores, possibilitaram a conquista de espaço pela mocidade que estava despontando (Pereira, 2015).

Figura 2 – Primeira página da primeira edição do periódico estudantil A Idea (1888)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2025).

No caso da associação literária *Club dos Estudantes* (1888), por meio da leitura das atas das reuniões da associação, publicadas no periódico *A Idea*, é possível inferir que não havia intervenção de adultos na publicação do periódico, já que, segundo consta no jornal, todos os seus dirigentes eram os próprios estudantes secundaristas. Entendemos, pois, que por se tratar de um jornal estudantil, organizado em torno de uma associação literária, o pesquisador depara-se com uma escrita autônoma daquele grupo de estudantes, já que sua produção, nesse caso, não era balizada por um adulto. Isso coloca o pesquisador diante de uma fonte que expressa a interpretação dos estudantes acerca dos mais variados assuntos do cotidiano desses alunos, sejam eles escolares, literários e até mesmo políticos.

Imprensa juvenil

A imprensa juvenil é composta por periódicos escritos por jovens. Ela diferencia-se da imprensa estudantil e escolar, porque ao contrário destas, em que os jovens se declaravam estudantes ou tinham vínculo institucional, na imprensa juvenil, os redatores não se identificavam como estudantes ou não declaravam qualquer vínculo com instituições escolares. Isso significa que os jovens, por livre iniciativa, reuniam-se, especialmente em associações literárias, para produção de jornais.

Diante dessas questões, julgamos necessária a compreensão sobre o que configura a categoria geracional *juventude*. O que era e quem era a *juventude* ou a *mocidade*, como frequentemente se referiam, no século XIX? Uma pesquisa a respeito dos termos *jovem*, *moço*, *juventude* e *mocidade* em dicionários do período pode auxiliar nessa definição. No acervo digital da Biblioteca Guita e José Mindlin, encontramos, digitalizado, o *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Silva; Bluteau, 1789).

Nesse dicionário, “joven” significa “mancebo” (Silva; Bluteau, 1789, v. 1, p. 745). “Juventude”, segundo o mesmo dicionário, significa “mocidade” (Silva; Bluteau, 1789, v. 1, p. 749), e seu derivado, “juvenil”, significa “concernente a mancebo; moço” (Silva; Bluteau, 1789, v. 1, p. 749). Há duas definições para “mancebo”: “f. m. moço na idade, joven” (Silva; Bluteau, 1789, v. 2, p. 50) e “adj. De moço; juvenil” (Silva; Bluteau, 1789, v. 2, p. 50). “Moço”, nessa mesma obra, tem, igualmente, dois significados: o primeiro é “adj. Como quando fe (sic) diz homem moço, que eftá (sic) nos anos da mocidade”; o segundo, “f. m. mancebo, joven m o que esfá (sic) na mocidade” (Silva; Bluteau, 1789, v. 2, p. 88). Por fim, pesquisamos a palavra “mocidade”, que tem por significado “a idade do moço, desde os 14 até os 24 annos” (Silva; Bluteau, 1789, v. 2, p. 88).

Os mesmos termos foram pesquisados no dicionário de Luís Maria da Silva Pinto (1832), *Diccionario da lingua brasileira*. Nele, “joven” significa “mancebo, moço” (Pinto, 1832, s.p.); “juventude” significa “Mocidade” (Pinto, 1832, s.p.); “juvenil” é “adj. de moço” (Pinto, 1832, s.p.); “mancebo” significa “moço na idade” e “adj. de moço, juvenil” (Pinto, 1832, s.p.); “moço” significa “que está nos anos da mocidade” (Pinto, 1832, s.p.); e por fim, “mocidade” significa “A idade desde os quatorze até os 24 annos” (Pinto, 1832, s.p.).

Nos dois dicionários, há um complemento para a palavra *mocidade*, que expressa, no sentido figurado, o seu significado: “acção imprudente verdura da mocidade” (Silva; Bluteau, 1789, v. 2, p. 88) ou “acção imprudente da mocidade” (Pinto, 1832, s.p.). Isso vale para a palavra moço, que no sentido figurado, significa “imprudente como os que estão na mocidade” (Pinto, 1832, s.p.). Assim, segundo a definição dos próprios dicionários, os sujeitos dessa faixa etária eram considerados imprudentes, o que expressa uma opinião ou julgamento acerca da juventude, como sujeitos inconsequentes, diferenciando-os dos adultos, que já atingiram a maturidade.

Nesse sentido, podemos compreender, pelas definições de jovem, juventude, juvenil, mancebo e moço, que se referem aos sujeitos que estão na mocidade, isto é, aos sujeitos de 14 a 24 anos. Por esse motivo, entendemos que os periódicos do período, escritos por aqueles que se autodeclaravam jovens, moços, juventude ou mocidade, eram escritos por pessoas dessa faixa etária. É necessário destacar, contudo, que apesar da definição dos dicionários, é fundamental a análise de cada periódico em sua singularidade, sobretudo no que tange às declarações feitas pelos próprios jovens acerca de sua idade, de suas vinculações ou pertencimentos. Somente debruçando-se sobre os jornais é que se poderá definir quem são seus redatores e a quais grupos pertencem.

A constatação de quais sujeitos escreviam os jornais juvenis implica, portanto, uma metodologia diferenciada para análise desse tipo de imprensa, isto é, a forma como esses jornais juvenis devem ser analisados pelo pesquisador. Os periódicos juvenis oferecem ao pesquisador um panorama mais amplo das perspectivas, anseios e posicionamentos dos jovens brasileiros. Em outras palavras, davam visibilidade e representatividade aos ideais da mocidade/juventude sobre os mais variados temas, dentre eles a educação. A depender da declaração dos próprios redatores, esses periódicos podem ter escrita livre, sem o cerceamento do adulto. Como vimos, essa constatação é fundamental, pois expressa o pensamento livre (sem a interferência do adulto) ou não dos jovens redatores.

Nóvoa (1997) é um dos poucos teóricos que discorrem sobre a imprensa juvenil. Ele classificou os periódicos juvenis na categoria de imprensa de *educação não formal*. Por educação não formal, entendemos “o conjunto de processos, meios e instituições específica e diferenciadamente concebidos em função de objetivos explícitos de formação ou instrução não diretamente voltados à outorga dos graus próprios do sistema educacional regado” (Trilla, 2008,

p. 42). Por classificar os periódicos juvenis como meio de educação não formal, entende-se que o jornal juvenil educava, não pela possibilidade de adquirir graus próprios do sistema educacional, mas por meio da formação da opinião dos leitores nos mais diversos assuntos.

Nóvoa (1997) prossegue discorrendo que, dessa categoria, deriva uma subcategoria, denominada pelo autor como *Movimentos da Juventude*. Segundo ele, esse tipo de imprensa “[...] confirma o reforço do enquadramento social (moral, religioso e ideológico) das atividades de tempos livres das crianças e dos jovens” (Nóvoa, 1997, p. 26). Tratava-se, pois, de um esforço juvenil em se posicionar e se engajar com as questões que estavam em voga em seu período histórico.

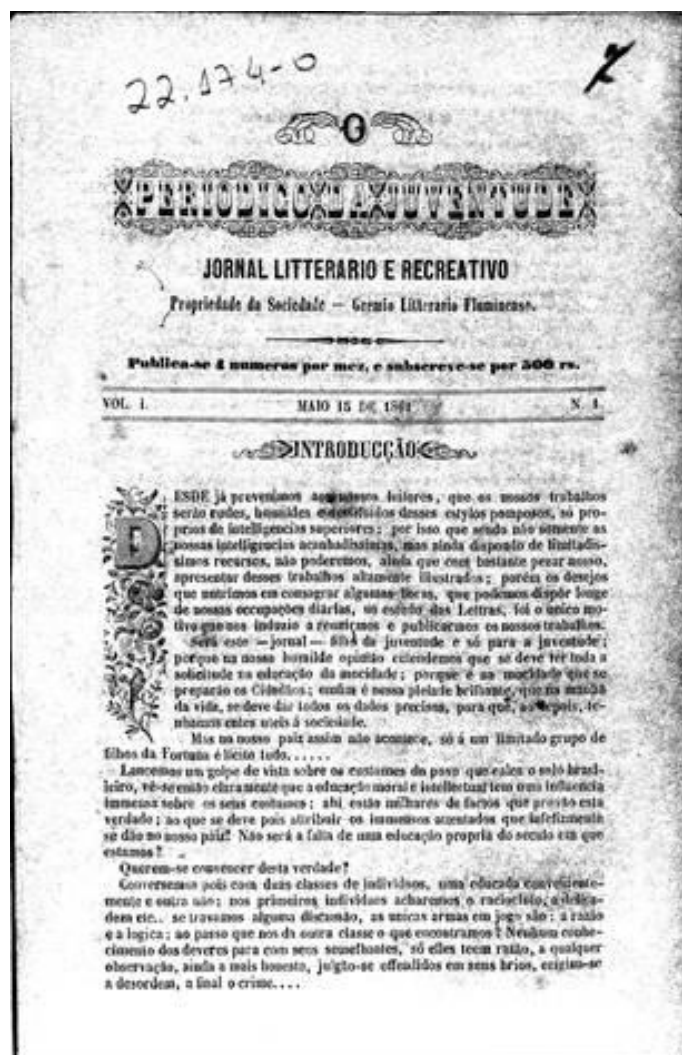
Em *O Periódico da Juventude: jornal litterario e recreativo – Propriedade da Sociedade – Gremio Litterario Fluminense* (1861), encontramos um exemplo de periódico escrito pela mocidade carioca, sendo, portanto, um jornal juvenil. Como é possível notar pelo título, estamos diante de um periódico publicado a partir de uma associação literária, o Grêmio Literário Fluminense.

Na primeira edição do jornal, é possível constatar como se autodeclaravam seus redatores:

Será este – jornal – filho da juventude e só para a juventude; porque na nossa humilde opinião entendemos que se deve ter toda a solicitude na educação da mocidade; porque é na mocidade que se preparão os Cidadãos; enfim é nessa plêiade brilhante que na manhã da vida se deve dar todos os dados precisos, para que, ao depois, tenhamos entes uteis á sociedade” (O Periódico da Juventude, 1861, p. 1).

O trecho evidencia, dessa forma, que os jovens redatores empreenderam a elaboração de um periódico para oferecer, a si e aos seus pares, um meio de se educar. Entendiam seu papel no futuro: serem úteis para a sociedade. Por esse motivo, seus esforços voltavam-se para dar *todos os dados preciosos* no período da *manhã da vida*.

Figura 3 – Primeira página da primeira edição do periódico juvenil O Periódico da Juventude (1861)



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2025).

Em um rápido olhar sobre os artigos desse periódico, é possível constatar que se trata de um jornal eminentemente instrutivo, já que seus redatores fazem a defesa explícita da educação em quase todos os números do periódico. Como exemplo, podemos transcrever o trecho que explicita esse posicionamento: “Dizem muitos: os meios mais eficazes para reprimir o crime são: a justiça severa e a força; nós pensamos que popularizando também o mais que fôr possível a educação necessária chegaremos ao fim desejado” (O Periódico da Juventude, 1861, p. 2). Os jovens consideravam a educação a solucionadora dos problemas sociais, reproduzindo a lógica burguesa de escamotear os problemas estruturais da sociedade de classe, ao depositar na

educação a responsabilidade por resolver (ou não) as mais diversas mazelas produzidas por esse modelo social e econômico.

Por isso, mesmo não sendo um jornal estudantil e escolar, isto é, jornais ligados à escola, a análise de periódicos juvenis oferece uma perspectiva da juventude acerca da educação de seu período, o que abre caminhos à história e historiografia da educação sobre o pensamento juvenil sobre a temática.

Em uma síntese comparativa e conceitual, entendemos por imprensa escolar os jornais escritos por estudantes como atividade escolar, isto é, com vínculo institucional. A imprensa estudantil, por sua vez, são os periódicos escritos por estudantes, mas que não têm vínculo direto com uma instituição escolar, e frequentemente são ligados às associações literárias, agremiações estudantis, entre outras. Por fim, os periódicos juvenis são jornais escritos por jovens (pela mocidade ou por adolescentes). Apesar de não se declararem estudantes nem terem vínculo institucional, esses jornais revelam uma perspectiva da juventude acerca da educação que recebiam.

Considerações finais

Imprensa escolar, imprensa estudantil e imprensa juvenil possuem semelhanças e diferenças conceituais e analíticas que precisam ser consideradas quando adotadas como fonte no fazer historiográfico do século XIX. Elas diferenciam-se, sobretudo, em decorrência de serem ou não ligadas a uma instituição escolar. Na imprensa escolar, os periódicos são publicados como resultado de uma atividade escolar. Essa constatação muda substancialmente o trato com essa fonte, já que, se é produto de atividades escolares, passa pela supervisão de um adulto.

O valor da imprensa escolar enquanto fonte histórica está ligado principalmente ao fato de revelar práticas escolares diferentes daquelas apresentadas pelos documentos oficiais, especialmente por contar com a participação do aluno no processo de escrita. Revela-se, assim, a apropriação do aluno de práticas executadas na escola. Estudos ligados à história das instituições escolares, às práticas pedagógicas e até mesmo às políticas educacionais, por exemplo, podem enriquecer-se com esses documentos históricos, pois o cotidiano e a cultura escolar são expostos pela escrita discente.

A imprensa estudantil e a juvenil, por não estarem ligadas à escola, isto é, por não serem explicitamente supervisionadas por um adulto, oferecem uma perspectiva do estudante e da juventude brasileira do século XIX sobre variadas temáticas daquele período histórico, como a política, a economia, a cultura, e em especial a educação. Por se tratar de uma escrita mais livre, expressa uma opinião genuína de alunos e jovens, sem filtros, o que enriquece a história da educação, por apresentar uma compreensão daqueles que sempre foram silenciados na escrita histórica.

Assim, a perspectiva da mocidade (estudantil ou não) é o que há de semelhante nesses três tipos de imprensa. Se, por anos, a perspectiva da mocidade foi considerada ilegítima, agora, sua apropriação acerca da educação que recebiam é fundamental para a compreensão dos processos educativos, tanto pelo prisma dos que educam quanto dos que são educados. Dessa forma, apesar das diferenças conceituais e analíticas, o que há em comum entre a imprensa escolar, estudantil e juvenil é que todas nos colocam diante de uma perspectiva da mocidade acerca da educação.

Nos últimos anos, ocorreu um aumento de pesquisas que se debruçam sobre esse tipo de imprensa. Porém, boa parte delas estudam a imprensa produzida durante o período republicano. Muito há que se debater sobre a imprensa escolar, estudantil e juvenil do século XIX. Se no século XIX, encontramos ações, por parte do governo e dos educadores, que buscam legitimar a escola enquanto instituição própria e mais adequada para a formação das novas gerações, ampliar o uso das fontes desse período auxilia uma compreensão histórica mais completa desse momento determinante para a constituição da escola pública.

Referências

A IDEA: *Orgam do Club dos Estudantes Curityba*. Curityba, Paraná, n. 2, 1888.

AMARAL, Giane Lange do. Jornais de estudantes secundaristas das décadas de 1930 e 1960: considerações sobre seu uso em pesquisas histórico-educacionais. In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; RODRIGUES, Simone Paixão. *Escritas estudantis na imprensa periódica da educação (séculos XIX e XX)*. Jundiá: Paco Editorial, 2024. p. 21-34.

ARROYO, Leonardo. *Literatura Infantil brasileira*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

BASTOS, Maria Helena Camara. Impressos e cultura escolar: percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil. In: DÍAZ, José María Hernández. (coord.). *La prensa pedagógica de los escolares y estudiantes*. Su contribución al patrimonio histórico educativo. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015. v. 1, p. 21-43.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, dos pressupostos aos reflexos de sua criação*: de 1856 a 1900. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. A imprensa de educação e ensino maranhense: uma leitura em preto e branco. In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; RODRIGUES, Simone Paixão. *Escritas estudantis na imprensa periódica da educação (séculos XIX e XX)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2024. p. 99-115.

COSTA, Eliezer Raimundo de Souza; JINZENJI, Mônica Yumi. A imprensa estudantil juvenil no intermédio da intimidade e a vida pública (1930-1940). In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; LINHALES, Meily. Assbú. (Org.). *Corpos, natureza e sensibilidades em perspectiva transnacional*. 1ed.Campinas: Mercado de Letras, 2022, v. 1, p. 511-531.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 maio 2025.

JINZENJI, Mônica Yumi. Imprensa periódica e juventude no século XIX. In: DAROS, M. das D.; PEREIRA, E. A. T. *Sentidos da educação e projetos de Brasil: século XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017. p. 37-49.

JINZENJI, Mônica Yumi; COSTA, Eliezer Raimundo de Souza. Adolescência/juventude como categoria de análise nas pesquisas em história da educação: contribuições teórico-metodológicas. In: VEIGA, Cynthia Greive; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (Org.). *Historiografia da educação. Abordagens teóricas e metodológicas*. 1ed.Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, v. 1, p. 187-222.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MARTINELLI, Laís Pacifico. *Pelos estudantes e para os estudantes: a instrução e a literatura nos periódicos estudantis brasileiros (1870-1880)*. 2020, 406 f. (Tese de Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

MARTINELLI, Laís Pacifico; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Instruir para o seio doméstico e para o trabalho: a educação feminina nos jornais estudantis cariocas (1880). In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; RODRIGUES, Simone Paixão. *Escritas estudantis na imprensa periódica da educação (séculos XIX e XX)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.

NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (org.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-32.

O ASPIRANTE: *Periodico litterario e artistico dos alumnos do Lycêo de Artes e Officios*. Rio de Janeiro, n. 1, 1881.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; RODRIGUES, Simone Paixão. *Escritas estudantis na imprensa periódica da educação (séculos XIX e XX)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; SANTOS, Luana de Jesus; ACCIOLY, Marília Marques Cruz Silva. Pesquisas sobre impressos estudantis no Brasil (2003-2022): A Voz do Estudante em foco. *Cadernos de Educação - UFPEL (Online)*, v. 69, p. 1-23, 2025. <https://doi.org/10.46848/268402025>.

O ASPIRANTE: Periodico Litterario e Artístico dos alumnos do Lyceo de Artes e Officios , Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 1-12, 1881.

O ASPIRANTE: Periodico Litterario e Artístico dos alumnos do Lyceo de Artes e Officios , Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 13 e 14, 1882.

O PERIÓDICO DA JUVENTUDE: *Jornal litterario e recreativo – Propriedade da Sociedade – Gremio Litterario Fluminense*. Rio de Janeiro, n. 1, 1861.

PEREIRA, Milena da Silveira. *A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos*. São Paulo: Ed. da Unesp Digital, 2015.

PINTO, Luis Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RODRIGUES, Cibele de Souza. *O Porvir, jornal literário e recreativo: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874)*. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SANTOS, Ivanildo Gomes dos. A intermitência como marca de constância: as três fases do periódico estudantil *O Lyceista Alagoano* (1859-1969). In: OLIVEIRA, João Paulo Gama; MANKE, Lisiane Sias; OLIVEIRA, Roselusia Teresa de Moraes; RODRIGUES, Simone Paixão. *Escritas estudantis na imprensa periódica da educação (séculos XIX e XX)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.

SILVA, Camille Nascimento da.; SEIXAS, Netilia S dos Anjos. Os jornais estudantis no espaço público da imprensa paraense no século XIX. In: *Anais do XI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte*. Palmas/TO: INTERCOM, 2010.

SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. v. 1. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. v. 2. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In: GHANEM, Elie; Trilla, Jaume. *Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2008. p. 15-58.

SOBRE AS AUTORAS

Laís Pacífico Martineli. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Imprensa e Instituições Escolares (GEPHEIINSE).

Contribuição de autoria: conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, redação – rascunho original, revisão e edição.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5465093385841694>

Maria Cristina Gomes Machado. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular da Universidade Estadual de Maringá. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Imprensa e Instituições Escolares (GEPHEIINSE).

Contribuição de autoria: Análise formal, supervisão, redação – revisão e edição.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3874168724032825>

AUTODECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não houve obrigatoriedade de submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade. Não foi utilizada nenhuma forma de Inteligência Artificial na elaboração ou organização do texto nem em qualquer etapa da pesquisa.

Submetido em: 03.12.25

Aprovado em: 12.06.26

Publicado em: 01.08.26